

O PSICÓLOGO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: REFERÊNCIA PARA UMA INTERVENÇÃO PREVENTIVA¹

The school psychologist in the elementary school: reference for a preventive intervention

El psicólogo educativo en la escuela primaria: referencia para una intervención preventiva

Izabella Mendes Sant'Ana²

Antonio Euzébios Filho³

Raquel Souza Lobo Guzzo⁴

RESUMO

Este trabalho visa a apresentar uma experiência do serviço de psicologia presente em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Campinas. A atuação envolveu a discussão de casos envolvendo crianças em situação de risco psicosocial, a ação em conjunto com órgãos públicos de proteção a crianças e suas famílias, conversas com alunos indicados pelos professores no conselho de classe, a participação nas reuniões de trabalho docente, dentre outras atividades. Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar deve estar voltada para o contexto educativo-comunitário, tendo em vista a criação de espaços coletivos de discussão sobre os problemas da escola e da comunidade e a promoção da autonomia e da emancipação dos indivíduos.

Palavras-chave: prevenção; psicologia escolar; contextos educativos e comunitários; emancipação.

ABSTRACT

The aim of this study is to present an experience of the psychological service in an Elementary public school in Campinas. The intervention involved case discussions about children in psychosocial risky situations and the collaborative work with public organizations to assist vulnerable families; talks to students indicated by teachers on the Academic Council; participation in teachers' meetings, and other actions. The conclusions showed that school psychological practices should aim at educative and communitarian contexts to promote group discussion about school and communitarian problems, and to favor the development of autonomy and emancipation of those individuals.

Keywords: prevention; School Psychology; educative and communitarian contexts; emancipation.

RESUMEN

Este estudio tuvo por objetivo presentar una experiencia del servicio de Psicología presente en una escuela pública de Campinas. La intervención consistió en la discusión de casos de niños en situación de riesgo

¹ Pesquisa realizada com apoio financeiro do CNPq.

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei-MG.

³ Psicólogo, Doutorando em Psicologia pela PUC-Campinas

⁴ Professora titular da Faculdade de Psicología da PUC-Campinas.

Agradecemos a participação dos profissionais Adinete Costa, Mara Weber, Fernando Lacerda Junior, Márcia Beckman, Marcela Dechichi, Ana Paula de Sá, Luciana Mariote, Luiz Paiva e a todos os estagiários que colaboraram para a efetivação do projeto “Voo da águia” nas escolas.

psicosocial, la colaboración con instituciones públicas de asistencia a las familias vulnerables, la conversación con los estudiantes seleccionados por los maestros en el Consejo Académico, la participación en reuniones de profesores y otras actividades. Los resultados indican que la acción del psicólogo escolar debe estar dirigida para el contexto educativo y comunitario para promover la discusión colectiva de los problemas de la escuela y de la comunidad, así como para desarrollar la autonomía y la emancipación de los individuos.

Palabras clave: prevención; psicología escolar; contextos educativos y comunitários; emancipación.

Introdução

A busca por um olhar integral sobre o desenvolvimento humano levou a psicologia a adotar modelos alternativos diante da hegemonia de um modelo médico e remediativo. Nesse contexto, a perspectiva preventiva na Psicologia Escolar apontou a necessidade de uma participação mais ativa do psicólogo junto a educadores, alunos, famílias e comunidade.

A proposta de prevenção primária no campo da psicologia surgiu nos Estados Unidos a partir da década de 1960, desenvolvida por um grupo de psicólogos que buscavam uma forma de intervenção mais eficaz diante dos problemas sociais verificados nesse país. Essa proposta alternativa de intervenção originou-se a partir da crítica em relação à prática hegemônica existente na psicologia – até então associada ao conceito de doença e ao modelo médico (JOFFE; ALBEE, 1981; ALBEE; GULLOTA, 1997; BLOOM, 1996; DURLAK, 1997; ALBEE, 2000).

No Brasil, o modelo hegemônico de atuação foi amplamente criticado por diversos autores (YAMAMOTO, 1987; PATTO, 1984; 1990; MEIRA, 2000; GUZZO, 2002, dentre outros), que ressaltam o caráter elitista e reproduutor da ordem social por parte da Psicologia, evidenciado por uma prática reducionista e descontextualizada, que desconsidera o indivíduo como ser essencialmente histórico e social.

Nesse sentido, ao focalizar as deficiências numa perspectiva individual, a psicologia reforça o discurso dominante, pois contribui para a individualização dos fenômenos sociais e fragmenta o fenômeno psicológico, estabelecido na relação entre sujeito e sociedade.

Lacerda e Guzzo (2005) destacam que, para se pensar na prevenção primária como modelo de intervenção alternativo, é primeiramente necessário se ter clareza das concepções de indivíduo, sociedade, saúde e doença em um paradigma que suplante as existentes no positivismo e avance para uma perspectiva pedagógica de conscientização popular, tal como proposto por Paulo Freire (1999; 2003) em diversas de suas obras.

Como possibilidade do uso da prevenção no Brasil, Lacerda e Guzzo afirmam, em concordância com o estudo de Potts (2003), que se faz necessário considerar as dimensões interpessoais e históricas, conceber os sujeitos como ativos e geradores de sentido, sendo a prevenção entendida como uma intervenção essencialmente educativa que pode estar associada à ideia de emancipação popular.

Sob essa ótica, Euzébios Filho e Guzzo (2005) apontam que a contribuição da educação emancipadora refere-se ao desenvolvimento de um olhar crítico sobre a sociedade regida pela ordem do capital e de sua análise como sistema pautado na luta de classes. Para os autores, essa proposta necessita ser incluída no contexto da luta da classe trabalhadora a fim de fomentar o avanço da consciência de educadores e da comunidade sobre suas necessidades e condições de vida, com o intuito de desnaturalizar a desigualdade social.

Assim sendo, a perspectiva de prevenção adotada neste estudo/intervenção abrange a adoção de uma postura político-pedagógica para a mudança social. Envolve a compreensão da história e do complexo processo de constituição humana, inserida numa relação dialética, associada à visão de um ser humano capaz de

ressignificar sua realidade e de mudar a sua história para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa premissa é relevante, visto que cada vez mais a desigualdade social marca o cotidiano e a vida das pessoas em nosso país. Isso como resultado de um modelo econômico capitalista de orientação neoliberal que intensifica a pobreza e a exploração de uma elite dominante sobre as camadas populares. A perspectiva neoliberal caracteriza-se, dentre outros aspectos, pela primazia da ordem econômica sobre a área social, levando à diminuição dos investimentos nessa última e, consequentemente, à precarização dos serviços públicos (ANDERSON, 1995).

A partir dessas considerações, cabe agora abordar a ação do profissional de psicologia que atua em contextos educativos e comunitários, segundo a perspectiva previamente exposta.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, ao estabelecer uma relação entre o contexto educativo e o comunitário, desvenda-se uma concepção acerca do caráter abrangente do âmbito escolar, caráter este que ultrapassa o espaço institucional, uma vez que os alunos e suas famílias inserem-se em uma realidade mais ampla. Essa análise é coerente com a proposta de uma psicologia que procura ampliar seu campo de análise e que intenta, na busca incessante de uma reflexão sobre a natureza do seu objeto de estudo, estabelecer relações entre indivíduo e sociedade, ou entre os contextos micro e macrosocial.

Nessa perspectiva, Martin-Baró (1997) ressalta a importância de uma nova práxis que permita conhecer a realidade das camadas oprimidas a partir de um compromisso ético-político de transformação. Para o autor, faz-se necessário que a Psicologia se coloque a serviço das necessidades das camadas populares, contribuindo para a libertação dessas populações.

A atuação do psicólogo no âmbito educativo-comunitário precisa considerar as de-

mandas coletivas para a melhoria das condições de vida da maioria da população. Além disso, necessita desmistificar concepções preconceituosas e visões descontextualizadas direcionadas às camadas populares que frequentemente culpabilizam os indivíduos (PATTO, 1984; 1990).

A ação desse profissional também inclui a promoção da reflexão crítica sobre a realidade e o cotidiano da escola, por meio do diálogo entre os diversos participantes da escola (GUZZO, 2005), a realização de planejamentos de atuação coletiva sobre as demandas verificadas e um trabalho em torno das relações interpessoais entre os agentes educacionais (ARAÚJO; ALMEIDA, 2005), assim como a construção de espaços de interlocução no trabalho em rede com outros contextos (escola, família e outras instituições sociais) que têm o objetivo de implementar políticas de proteção à criança (PRILLELTENSKY; NELSON, 2002).

Diante dessas considerações, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir uma experiência do serviço de psicologia presente em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de um grande município do interior paulista.

A experiência – contexto e objetivos

Este estudo é fruto de uma proposta de intervenção preventiva do psicólogo escolar denominada “Voo da águia: prevenindo problemas socioemocionais e promovendo saúde”, que está inserida num projeto de pesquisa e extensão intitulado “Do risco à proteção: uma intervenção preventiva na comunidade”. Este projeto tem por objetivo identificar os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento de crianças de comunidades de baixa renda, buscando favorecer a conscientização de crianças, pais, professores e profissionais acerca da realidade em que vivem, isto é, suas condições de vida, a fim de promover uma

maior mobilização e participação dos indivíduos da comunidade mediante o fortalecimento das redes sociais de apoio.

Assim sendo, é uma proposta de trabalho na rede pública em integração com comunidades, baseada na concepção de que as teorias e as práticas psicológicas impactam e são impactadas pela ordem social, pela cultura e pela dinâmica das instituições sociais.

Estrutura, funcionamento e dinâmica da intervenção

O referido projeto foi desenvolvido em duas escolas públicas municipais de Campinas, uma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental. A experiência relatada aqui focalizará o trabalho realizado nesta última. A entrada na instituição ocorreu em 2003, a pedido da direção da escola, que se queixava de problemas de indisciplina e violência no espaço escolar. Essa proposta de intervenção foi aprovada no conselho de escola e discutida com todos os segmentos envolvidos (direção, professores, funcionários e comunidade), portanto, contou com o consentimento da comunidade escolar e foi finalizada em 2006.

A escola apresentava um total de 450 alunos, de faixa etária entre os seis e os 17 anos, de primeira a oitava série. A escola funcionava em dois turnos (manhã e tarde), estava inserida em um espaço físico pequeno e em um bairro marcado por profundas desigualdades sociais (GUZZO *et al.*, 2002).

É importante mencionar que o serviço de psicologia esteve presente até duas vezes por semana na escola e era composto por profissionais de psicologia (alunos da pós-graduação e um assistente técnico) que eram os responsáveis pelas atividades realizadas nas instituições de ensino, colaborando também na supervisão de alunos do estágio supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional.

Após cada visita institucional, os profissionais e estagiários de Psicologia faziam o registro de suas observações e ações, compondo um diário de campo, o qual servia de base para a discussão, análise e definição de encaminhamentos durante a intervenção.

As atividades realizadas visaram a promover o desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes, fornecer acompanhamento longitudinal às crianças no seu processo de escolarização e vida, integrar família e escola, além de identificar e construir redes de apoio social e afetivo para a comunidade em que as atividades estão inseridas. Para realizar essas atividades, foram usados procedimentos e materiais específicos.

Utilizou-se também um termo de consentimento informado, contendo os objetivos e explicitando outras normas éticas da pesquisa, redigido de acordo com a resolução de dezembro de 2000 do Conselho Federal de Psicologia e o que dispõe a Lei Nacional sobre a pesquisa com seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC Campinas.

Tais ações foram planejadas e efetivadas a partir das necessidades e dos problemas evidenciados no cotidiano escolar. Algumas propostas de intervenção foram detalhadas a seguir e analisadas a partir de sua funcionalidade, dificuldades e perspectivas.

Mapeamento geográfico

Como parte da proposta educativo-comunitária, a realização do mapeamento geográfico teve por objetivo identificar a localização das moradias das crianças no entorno da escola, com o intuito de subsidiar atividades de integração comunidade-escola e de promover ações educativas direcionadas à discussão de temas como a identidade dos alunos.

Por meio da leitura dos prontuários de todos os alunos da escola, feita a cada início de ano letivo, a equipe de psicologia pôde obter informações sobre alunos que residem em uma

mesma rua, em relação à estrutura e à distribuição de famílias nos bairros próximos, além de informações referentes à história e ao desempenho escolar dos alunos (como, por exemplo, a defasagem idade-série), aspectos relativos à saúde, adoção, transferências e denúncias no Conselho Tutelar.

Os dados obtidos foram agrupados em gráficos e tabelas e as informações foram apresentadas e discutidas nas reuniões de trabalho docente. Essas informações também foram incluídas nos relatórios de atividades realizadas pelo serviço de psicologia, entregues à escola ao final de cada ano.

A avaliação dessa atividade mostrou que a identificação dos alunos por bairro e por ruas deu maior visibilidade sobre a organização espacial de famílias, gerando subsídios principalmente para as intervenções da equipe de psicologia com os alunos. Aqui vale destacar que, embora estivessem disponíveis aos educadores, essas informações não foram aproveitadas pela maioria dos professores no decorrer da intervenção. Assim, houve pouco interesse desses profissionais em usar os dados como suporte para o planejamento das ações pedagógicas. Esses dados poderiam subsidiar uma intervenção pedagógica que estivesse vinculada à realidade de cada aluno, como também poderia instrumentalizar o educador para uma reflexão, juntamente com os alunos, sobre a realidade vivida e o contexto social e econômico de suas famílias e comunidade.

Acompanhamento de alunos com denúncia no Conselho Tutelar

Esta ação visou a construir espaços de interlocução no trabalho em rede com outras instâncias que têm por objetivo implementar as políticas de proteção à criança, bem como favorecer melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento psicossocial das crianças envolvidas e suas famílias.

Foram acompanhados oito alunos, sendo os casos discutidos em reuniões mensais com representantes de diferentes órgãos públicos (Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Saúde, Conselho Tutelar e Vara da Infância).

As ações dos diferentes agentes envolvidos levaram, em geral, à reversão do quadro de violência e de negligência a que essas crianças estavam submetidas. Todavia, apesar de a proposta de atendimento às famílias ser intersetorial, existiram dificuldades na realização do trabalho em rede, ocorrendo em várias situações a culpabilização das crianças e das famílias. Ademais, cabe frisar que o Conselho Tutelar também pode funcionar como um instrumento que tende a reforçar mecanismos de repressão sobre os mais pobres (SANT'ANA; COSTA; GUZZO, 2008).

O serviço de Psicologia da escola interveio a favor das crianças, debatendo, com a equipe da escola e com os diversos setores, formas de auxiliar essas pessoas. Nesse sentido, constituiu-se como um mediador na relação entre a escola e os outros órgãos que participavam da rede de proteção à infância. Também buscou explicitar as contradições existentes na ação dos diferentes serviços que atendiam as crianças e seus familiares, por meio da desmistificação de rótulos, preconceitos e práticas institucionalizadas que não favoreciam mudanças na forma de os profissionais intervirem com as crianças e suas famílias.

Acompanhamento de alunos indicados no conselho de classe

Nesta atividade, buscou-se analisar e verificar a preocupação apontada pelos educadores em relação aos alunos, conhecer as opiniões e sentimentos das crianças em relação às suas experiências na vida e na escola, assim como desenvolver um trabalho conjunto entre professor, alunos, pais e escola, por meio da criação de espaços de discussão sobre os problemas

apontados e aspectos do desenvolvimento infantil, respeitando o sigilo das conversas individuais.

O intuito aqui era alterar a visão predominante dos educadores, que frequentemente culpam a criança e sua família pelos problemas escolares. A partir da observação na escola, das conversas com os alunos, com os pais ou responsáveis e do contato com a comunidade, a equipe de psicologia buscava conhecer como a criança comportava-se na escola e no bairro, como percebia a escola, o professor e seu processo de aprendizagem, a fim de favorecer a expressão de suas potencialidades e auxiliá-la na superação das dificuldades, caso elas realmente fossem identificadas. As informações foram discutidas com a equipe docente nesses espaços e daí surgiram propostas para dar suporte a essas crianças. Também foram realizadas reuniões devolutivas para os responsáveis.

Pôde-se perceber um alto número de alunos encaminhados (média de 15% do total de alunos), principalmente por causa de uma suposta dificuldade de aprendizagem e de “problemas” envolvendo indisciplina. Contudo, vários alunos que foram encaminhados para a equipe de psicologia não necessitavam do acompanhamento psicológico (ou melhor, clínico-individualista, como queria a maioria dos professores). Notaram-se também contradições e conflitos entre o que alunos e professores relatavam, o que indicou a necessidade de melhoria na comunicação e na relação entre ambas as partes.

Uma sugestão dada pelo serviço de psicologia foi a realização de oficinas de leitura e escrita com o objetivo de favorecer o aprendizado dessas crianças. Tal atividade necessariamente deveria contar com a participação da professora regular, da professora de educação especial e da equipe de psicologia, em busca da construção de um trabalho integrado que, de fato, auxiliasse os alunos. Contudo, por causa da falta de interesse e de diferenças de concepções sobre a prática pedagógica, a proposta das oficinas de leitura e escrita não foi efetivada. Nesse caso, evidenciou-se a fragmentação das ações das educadoras

e, como resultado, manteve-se a concepção do fracasso escolar baseada na culpabilização do aluno pelo baixo desempenho. Apesar do esforço da equipe de psicologia em concretizar essa proposta de intervenção conjunta e de algumas ações isoladas da professora de educação especial, que desenvolvia seu trabalho a partir da perspectiva da inclusão, pouco se avançou em relação à superação das dificuldades desses alunos.

Outra sugestão referiu-se à discussão coletiva sobre as regras da escola em cada sala de aula por causa da existência de problemas de descumprimento das regras da escola, e desta vez a atividade foi concretizada.

Levantamento sobre as regras da escola

O objetivo desta atividade foi investigar as opiniões de alunos, professores e funcionários sobre as regras da escola, a fim de dar suporte para a discussão coletiva entre professores e alunos e contribuir para a melhoria das relações interpessoais no contexto escolar. No entanto, somente alunos e funcionários se dispuseram a participar.

Trinta e sete alunos e nove funcionários responderam a um questionário contendo questões sobre as seguintes dimensões: conhecimento acerca das regras da escola, identificação de regras positivas e negativas, sugestões de mudança das regras e vivência de situação de punição (descrição, percepções e sentimentos sobre a situação vivenciada).

Em termos gerais, constatou-se que os alunos menores conheciam as regras da escola, já os mais velhos apontaram conhecer pouco ou desconhecer as regras escolares. Entre os funcionários, todos mencionaram conhecer as regras. Foram apontadas algumas sugestões de mudança que podem fazer parte das discussões em momentos de avaliação e planejamento do projeto pedagógico. Grande parte dos alunos já foi punida na escola e sentiu-se injustiçada e com medo de levar suspensão. Todavia, observou-se

uma variedade de respostas e que, muitas vezes, a presença ou ausência de regras evidencia que falta uma discussão sobre o sentido das regras, como elas afetam a vida de cada um e da coletividade. Os resultados foram discutidos com os educadores e foi apontada a necessidade da construção coletiva a respeito das regras com os alunos. Isso foi feito e produziu algumas melhorias nas inter-relações existentes no contexto escolar.

Participação nas reuniões de trabalho docente, nos conselhos de classe e de escola

A inserção da equipe de psicologia nesses espaços visou a favorecer a construção de um espaço de reflexão sobre os diferentes aspectos e desafios referentes à atuação docente no contexto educativo, buscando discutir questões sobre o desenvolvimento infantil, saúde mental do professor e acerca dos conflitos e problemas verificados no cotidiano escolar; assim como estabelecer relações entre a vida dos alunos e o processo de aprendizagem.

A equipe de psicologia participou da maioria das reuniões e dos conselhos de escola e de classe e também coordenou algumas reuniões, discutindo temas como gênero, comportamento humano, violência, medo, desenvolvimento infantil e regras na escola.

Nesses espaços, o serviço de psicologia procurou estabelecer uma relação entre as informações técnicas do trabalho realizado na escola e as demandas da instituição. Houve avanços em alguns aspectos da relação professor-aluno (por exemplo, as regras da escola), mas alguns aspectos ainda continuavam conflitantes (como, por exemplo, o trabalho com alunos com dificuldade de aprendizagem).

Além disso, cabe destacar que, no turno de trabalho de professores de 5^a a 8^a séries, a presença da equipe de psicologia nas reuniões docentes foi questionada pelos professores, especialmente pela orientadora pedagógica, que apresentou discordância em relação ao trabalho

dos psicólogos, argumentando que o pedagógico se separa do psicológico e, portanto, segundo essa concepção, a ação do psicólogo deve se voltar somente para questões do comportamento e da indisciplina dos alunos. Essa situação gerou um conflito que foi discutido nas reuniões de trabalho docente. Notamos um descontentamento dos professores, que reclamavam por algo mais prático que se referia, na maioria das vezes, a uma resposta imediata dos psicólogos e à confirmação da visão de culpabilização do aluno.

Fórum de pais

O intuito dessa atividade foi o de promover espaços de discussão com os pais sobre o contexto de vida das crianças e suas experiências de vida, tendo em vista favorecer a autonomia, ampliar as possibilidades de participação dos pais na escola, bem como integrar família e escola na construção de um projeto pedagógico democrático e emancipador.

A proposta inicial mencionava a realização de encontros mensais com pais e membros da comunidade. Contudo, foram realizados apenas quatro encontros com os pais, em virtude de problemas de comunicação, na distribuição dos convites e da falta de participação da comunidade.

Em termos gerais, como aspectos positivos podem ser destacados: uma maior aproximação com os familiares das crianças acompanhadas nas escolas, o que favoreceu a intervenção do serviço de psicologia com os alunos mediante o conhecimento da realidade em que estão inseridos e também o debate sobre diversos temas (aspectos do desenvolvimento infantil, educação de filhos, violência, medo) apontados pelos pais e responsáveis. Como aspectos negativos, podemos citar: a participação de um número reduzido de pais; a grande rotatividade na formação dos grupos, o que prejudicou de certa forma a continuidade das discussões; além da pouca integração da comunidade na construção do projeto político-pedagógico da escola.

Dentre os aspectos negativos, destacamos a falta de participação dos pais. Esse fenômeno pode ser explicado, dentre outras questões, pela distância entre a escola e a comunidade e pela visão da escola como um espaço descolado dos problemas reais da comunidade (SANT'ANA *et al.*, 2007).

Discussão

A proposta de intervenção foi pautada na perspectiva preventiva e emancipadora e foi discutida em vários momentos com os diversos segmentos da escola. Ademais, todas as atividades foram compartilhadas, documentadas e avaliadas pelos pais, professores, estudantes e funcionários (GUZZO *et al.*, 2007).

Debatemos a ideia de que o psicólogo inserido em instituições sociais não é um mágico, um leitor de mentes nem o responsável por legitimar a vitimização das crianças ou a individualização dos problemas (SANT'ANA *et al.*, 2009). Mas, ao contrário, partimos da compreensão de que o psicólogo escolar é um profissional que atua com a direção, os professores, os funcionários, os alunos, os pais e a comunidade com vistas a contribuir para o desenvolvimento e a emancipação humana, tal como assinala Martin-Baró (1997).

Entendemos que as relações sociais constituem as pessoas e que o processo educativo tem uma importância crucial no favorecimento ou na acentuação de problemas na trajetória de crescimento dos alunos.

A análise do trabalho realizado pela equipe de psicologia aponta para alguns avanços referentes a:

- Construção de espaços de interlocução no trabalho em rede com outras instâncias que visam a implementar as políticas de proteção à criança por meio do acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade social;

- Criação de espaços de reflexão e discussão com alunos, pais e funcionários sobre a inserção destes no processo educativo e relacionamento interpessoal;

- Discussão sobre a realidade dos alunos com professores por meio da participação nos espaços de trabalho docente;

- Compreensão do fracasso da criança na escola por meio do conhecimento de suas experiências de vida (dentro e fora da escola) e da visão de seus pais, visto que isso fornece subsídios para a definição de estratégias de intervenção;

- Discussão coletiva sobre temas importantes para o desenvolvimento infantil, como sexualidade e regras, além de aspectos sobre a violência na escola e possíveis estratégias de superação.

Por outro lado, destacamos algumas dificuldades e desafios relativos a:

- Diferença de concepções existentes sobre o sentido e a importância do processo educativo, que refletem ações e atitudes na sala de aula geradoras de conflito entre professores e alunos;

- Atendimento às demandas surgidas no cotidiano, o que pressupõe uma construção conjunta de estratégias e ações compartilhadas entre professores e equipe técnica;

- Mudança de expectativa sobre o papel do psicólogo – da visão de que este profissional pode modificar sozinho a realidade, bem como da dificuldade de construir um trabalho sob uma visão de que o pedagógico separa-se do psicológico;

- A inserção do psicólogo na rede – isso não é uma realidade no município, o que contribui para que este profissional não esteja presente no cotidiano das escolas, o que muitas vezes contribui para a falta de clareza dos educadores sobre a prática deste profissional;

- Dificuldade de aproximação dos pais e de uma reflexão que indicasse outra visão sobre a escola, que não aquela que a trata como instrumento de controle.

Em síntese, a atuação do psicólogo escolar deve estar voltada para o contexto educativo-comunitário, a partir da perspectiva preventiva e emancipadora, com vistas à criação de espaços coletivos de discussão sobre os problemas da escola e da comunidade. Todavia, nem sempre os professores aceitavam essa forma de debater as questões apresentadas, pois queriam que o psicólogo legitimasse os problemas como sendo dos alunos, tal como salienta Patto (1990). Ainda assim, essa visão sobre o psicólogo não é fantasiosa, dado que, como destacamos anteriormente, a atuação deste profissional é predominantemente individualista e remediativa. As resistências aparecem; no entanto, o psicólogo que busca atuar em um modelo de intervenção preventiva deve prosseguir direcionando sua prática com base em um compromisso ético-político de transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALBEE, George. The Boulder model's fatal flaw. *American Psychologist*, v. 51, n. 11, p. 1130-1133, 2000.
- _____; GULLOTA, Thomas. *Primary prevention works*. London: Sage, 1997.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, Claisy; ALMEIDA, Sandra. *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Alínea, 2005.
- BLOOM, Martin. *Primary prevention practices*. London: Sage, 1996.
- DURLAK, Joseph. *Successful prevention programs for children and adolescents*. New York: Plenum, 1997.
- EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos em Educação*, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GUZZO, Raquel Souza. Novo paradigma para a formação e atuação do psicólogo escolar no cenário educacional brasileiro. In: GUZZO, Raquel (Org.). *Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Alínea, 2002. p. 131-144.
- _____, et al. Um censo comunitário: finalidades, dificuldades e contribuições para o conhecimento da realidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 1. Anais... São Paulo, 2002.
- _____. Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTINEZ, Albertina (Org.). *Psicologia escolar e compromisso social*. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 17-29.
- _____, et al. Preventive intervention in school: students, parents, teachers an school satff's evaluation (pôster). In: INTERNATIONAL SCHOOL PSYCHOLOGY ASSOCIATION COLLOQUIUM, 29. Abstract Book. Tampere, Finlândia, 2007.
- JOFFE, Jack; ALBEE, George. Powerlessness and psychopathology. In: JOFFE, Jack; ALBEE, George (Orgs.). *Prevention through political action and social change*. New England: University, 1981. p. 321-325.
- LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel. Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação em Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 239-249, 2005.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.
- MEIRA, Marisa. Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, Elenita; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa (Orgs.). *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 35-71.
- PATTO, Maria Helena Souza. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- _____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- POTTS, Randolph. Emancipatory education versus school-based prevention in african american communities. *American Journal of Community Psychology*, v. 31, n. 1/2, p. 173-183, 2003.
- PRILLELTENSKY, Isaac; NELSON, Geoffrey. *Doing psychology critically: making a difference in diverse settings*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- SANT'ANA, Izabella; COSTA, Adinete; GUZZO, Raquel. Psicologia escolar e psicologia social comunitária: uma possível interface. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PSICOLOGIA, 5. Anais... Maceió, 2007.

_____. Escola e vida: compreendendo uma realidade de conflitos e contradições. *Pesquisas e práticas psicosociais*, v. 2, p. 302-311, 2008.

_____; EUZÉBIOS FILHO, Antonio; LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel. Psicólogo e escola: a compreensão de estudantes do ensino fundamental sobre esta relação. *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 13, p. 29-36, 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.

Texto aprovado em 18 de novembro de 2010.